



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 69/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10248/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Envira.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Rômulo Barbosa Mattos, Prefeito Municipal de Envira, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 715/2015 (fls. 3554/3560) e DICOP – Informação Conclusiva nº 495/2015 (3561/3576).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2966/2015-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 3577/3580).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- EMITE PARECER PRÉVIO pela **DESAPROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Rômulo Barbosa Mattos**, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 3º, III, da Resolução n. 9/1997-TCE/AM;

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 69/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 69/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10248/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Envira.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Rômulo Barbosa Mattos, Prefeito Municipal de Envira, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 715/2015 (fls. 3554/3560) e DICOP – Informação Conclusiva nº 495/2015 (3561/3576).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2966/2015-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 3577/3580).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2012.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Cobrança Executiva. Débito. Determinação a Prefeitura Municipal de Envira, a DICAD e a DEATV. Recomendação ao Ministério Público de Contas. Comunicação ao Tribunal de Contas da União.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Envira, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Rômulo Barbosa Mattos**, Prefeito e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.2- Aplicar multa no valor total de **R\$ 53.016,63** (cinquenta e três mil, dezesseis reais e sessenta e três centavos) ao **Sr. Rômulo Barbosa Mattos**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos moldes discriminados a seguir:

a) **R\$ 1.096,03** por cada mês de competência em que **houve atraso no envio de dados, via ACP**, ou seja, de **janeiro a dezembro, totalizando** o valor de **R\$ 13.152,36**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

b) **R\$ 1.096,03** pelo **atraso no encaminhamento da Prestação de Contas anual à esta Corte de Contas**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

c) **R\$ 1.096,03** por cada semestre em que houve **atraso** no encaminhamento dos dados relativos ao **Relatório de Gestão Fiscal**, ou seja, **1º e 2º semestres, totalizando** o valor de **R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 69/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

d) R\$ 1.096,03 por cada bimestre em que houve **atraso** no encaminhamento dos dados relativos ao **Relatório Resumido de Execução Orçamentária**, ou seja, **1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, totalizando** o valor de **R\$ 6.576,18**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

e) R\$ 30.000,00, pelas impropriedades remanescentes consubstanciadas nos itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58 assim como nos subitens 55.1, 59.4.1, 59.4.2 e 59.4.4 do Relatório/Voto, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no item 9.2 deste Acórdão, aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.4- Autorizar, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.5- Considerar em débito o Sr. Rômulo Barbosa Mattos, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos valores discriminados a seguir:

9.5.1- R\$ 890,00 referente a diferença detectada e remanescente, constante no Balanço Patrimonial para o item BENS MÓVEIS (Balanço Patrimonial 2011 e aquisições do exercício X Balanço Patrimonial 2012), objeto do item 10 do Relatório/Voto;

9.5.2- R\$ 89.922,27 referente a diferença detectada e remanescente constante no Balanço Patrimonial para o item BENS MÓVEIS (Balanço Patrimonial 2012 X Relação de Bens), objeto do item 11 do Relatório/Voto;

9.5.3- R\$ 252.441,00 referente a injustificada diferença remanescente do valor de R\$ 3.333.539,76 (Diferença detectada: Disponibilidade no Balanço Financeiro X Conciliação Bancária) comparado à importância de R\$ 3.081.098,76 (Disponibilidades da Câmara de Envira + FAPENV Envira), objeto do item 13 do Relatório/Voto;

9.5.4- R\$ 641.761,47 referente a ausência de comprovação da origem da rubrica Diversos Responsáveis, registrada no Balancete Financeiro do FUNDEB, objeto do item 19 do Relatório/Voto;

9.5.5- R\$ 4.200,00 devido a não apresentação dos documentos que formalizaram os processos de concessão de bolsas, objeto do item 29 do Relatório/Voto;

9.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento dos valores mencionados no item 9.5 deste Acórdão, aos cofres da Fazenda Pública de Envira, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, "a", da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.7- Determinar à Prefeitura Municipal de Envira que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos, assim como as disposições



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 69/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 69/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

contidas no Relatório Conclusivo nº 121/2013-DICAMI (fls. 1080/1135), Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo Complementar (fls. 1418/1.438), Parecer nº 94/2015-DMP-MPC-FCVM (fls. 1439/1443) e as considerações realizadas no Relatório/Voto;

9.8- Determinar à Diretoria de Controle Externo de Admissões - DICAD que solicite junto à Prefeitura Municipal de Envira a documentação correspondente as contratações questionadas no item 30 do Relatório/Voto, a fim de que sejam devidamente autuadas para análise devida no âmbito deste Tribunal, caso os processos já estejam tramitando nesta Corte proceda à apreciação dos mesmos, tendo como apoio informativo o Relatório Conclusivo n. 121/2013-DICAMI situado às fls. 1.080/1.135 dos autos;

9.9- Determinar ao Departamento de Análise de Transferências Voluntárias - DEATV que solicite junto à Prefeitura Municipal de Envira a documentação correspondente ao Termo de Convênio nº 11/2006, objeto do subitem 60.4.3 do Relatório/Voto, a fim de que seja devidamente autuada para análise devida no âmbito deste Tribunal, nos termos do art. 255 da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, caso o feito já esteja tramitando nesta Corte proceda à apreciação do mesmo, tendo como apoio informativo o Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo Complementar da DICOP situado às fls. 1.418/1.438 dos autos;

9.10- Recomendar ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.11- Comunicar ao Tribunal de Contas da União sobre as impropriedades detectadas pela DICOP no que tange a seara de recursos federais descritas no Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo Complementar (fls. 1.418/1.438), devendo ser encaminhado ao ente federal cópia da mencionada peça técnica.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral